

SUMÁRIO ■

INTRODUÇÃO	25
-------------------------	-----------

CAPÍTULO 1 - JUSTIÇA RESTAURATIVA: ANTECEDENTES, ABERTURA CONCEITUAL E VALORES	29
---	-----------

1.1. Introdução	29
1.2. Antecedentes da justiça restaurativa	34
1.2.1. Abolicionismo	37
1.2.2. Vitimologia	46
1.3. Justiça Restaurativa: um conceito aberto	53
1.3.1. A concepção do encontro	55
1.3.2. A concepção da reparação	57
1.3.3. A concepção da transformação	58
1.3.4. Os valores restaurativos	60

CAPÍTULO 2 - O LUGAR DA JUSTIÇA RESTAURATIVA E OS PRINCÍPIOS BÁSICOS DAS NAÇÕES UNIDAS	67
---	-----------

2.1. A justiça criminal e a justiça restaurativa: paradigmas opostos ou conciliáveis?	67
2.1.1. A punição e a justiça restaurativa	74
2.2. A justiça restaurativa e sua relação com o sistema de justiça criminal	78
2.2.1. O modelo centrado nos processos e o modelo direcionado aos resultados: a voluntariedade da justiça restaurativa em questão	78



2.2.2. A relação da justiça restaurativa com o sistema de justiça criminal: sistema de justiça restaurativa	85
2.3. Princípios Básicos do uso da justiça restaurativa conforme as Nações Unidas	87
2.3.1. Definições	88
2.3.2. O uso dos programas de justiça restaurativa	90
2.3.3. O funcionamento dos programas de justiça restaurativa	93
2.3.4 Desenvolvimento dos programas de justiça restaurativa	96

CAPÍTULO 3 - OS MOMENTOS DE APLICAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA, SUAS PRÁTICAS E ALGUMAS EXPERIÊNCIAS

3.1. Momentos de aplicação das práticas restaurativas	99
3.2. Tipos de programas ou práticas restaurativas (e algumas experiências).....	104
3.2.1. Mediação entre vítima e ofensor (VOM - <i>victim-offender mediation</i>)	107
3.2.1.1. A experiência catalã na justiça penal de adultos	112
3.2.2. Conferências de família (FGC - <i>family group conferencing</i>)	117
3.2.3. Círculos restaurativos	119
3.2.3.1. A experiência de Porto Alegre na justiça penal de menores	120

CAPÍTULO 4 - CRÍTICAS À IMPLEMENTAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NO BRASIL E AO PROJETO DE LEI Nº 7006/06

4.1. Introdução	131
4.2. Breves considerações acerca do cenário brasileiro: a falta de legitimidade do sistema penal, a	

violência e a justiça restaurativa	132
4.3. A justiça restaurativa, a extensão da rede de controle penal e o acesso à justiça	139
4.3.1. A justiça restaurativa e o acesso à justiça	145
4.4. A justiça restaurativa, as garantias jurídicas e a participação da vítima	152
4.4.1. Princípio da igualdade (ou coerência dos castigos) ..	156
4.4.2. Princípio da proporcionalidade	156
4.4.3. Princípio da imparcialidade	162
4.4.4. A participação da vítima e a privatização do conflito.	166
4.4.5. Algumas considerações	173
4.5. A proposta de implementação da justiça restaurativa no Brasil: considerações sobre o Projeto de Lei nº 7006 de 2006	176
CONSIDERAÇÕES FINAIS	193
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	201